

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juízes Corregedores

RELAT-GDJC - 542025
Código de validação: DA29241311

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA - 2025 SANTA LUZIA - 1ª VARA DA COMARCA DE SANTA LUZIA

Em **26/03/2025**, por designação do Corregedor-Geral da Justiça do Maranhão, a Juíza Auxiliar da Corregedoria, Dra. LAVÍNIA HELENA MACEDO COELHO, realizou Correição Ordinária na **1ª VARA DA COMARCA DE SANTA LUZIA**, com o objetivo de corrigir e prevenir irregularidades na prestação do serviço da Justiça na unidade, orientando e fiscalizando permanentemente a atividade jurisdicional. Para tanto, determinou a coleta de informações processuais diretamente da base de dados, bem como coletou informações prestadas pela serventia judicial da unidade, o que passa a relatar:

1 IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE CORRECIONAL

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA	DESEMBARGADOR JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
JUÍZA AUXILIAR DA CORREGEDORIA	Dra. LAVÍNIA HELENA MACEDO COELHO
EQUIPE	Servidores: <ul style="list-style-type: none">• BEATRIZ CANTANHEDE CARVALHO• MAÍRA LOPES DE CASTRO• MARIA WÊLDA DE ALMEIDA PINHEIRO• PEDRO BOGÉA PEREIRA SANTOS• DANIEL CAVALCANTE E SILVA• HELYROSE ROSELY SANTOS DA SILVA• LAIZE CRISTINE MARQUES MARTINS• VITÓRIA COLVARA GOMES DE SOUSA

2 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE CORRECIONADA

2.1 INSTALAÇÕES FÍSICAS

NOME DO FÓRUM	Fórum Desembargador Orville de Almeida e Costa
---------------	--



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juízes Corregedores

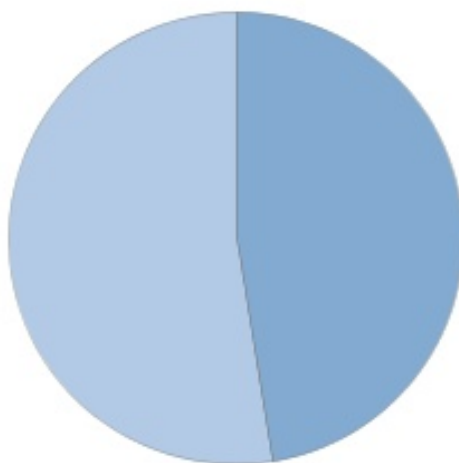
ENDEREÇO	Av. Nagib Haickel, S/N, Três Poderes
SITUAÇÃO DO IMÓVEL	Próprio
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	Regular
QUALIDADE DA INTERNET	Regular



3 AVALIAÇÃO DO ACERVO

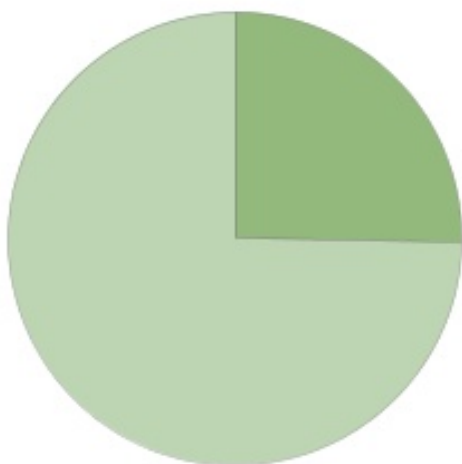
3.1 ACERVO QUANTITATIVO

Acervo Total: 1821



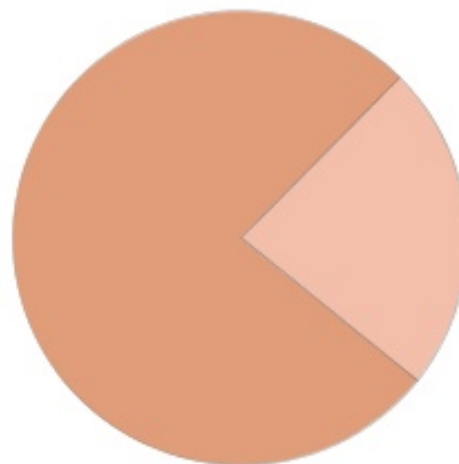
● Conhecimento	-	857	-	47%
● Execução	-	964	-	52%

Conhecimento: 857



● Julgados	-	220	-	25%
● Não julgados	-	637	-	74%

Execução: 964



● Criminal	-	225	-	23%
● Não Criminal	-	738	-	76%

3.1.1 ACERVO POR SISTEMA



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juizes Corregedores

SISTEMA	TOTAL
PJE	1695
SEEU	142
TOTAL	1837

*Dados coletados em 28/02/2025

3.1.2 INCONSISTÊNCIA DO ACERVO

ITEM	TOTAL
Processos sem assunto	123
Classe a corrigir	0
Processos sem classe cadastrada	0
Processos sem nome de parte e/ou documento	12
Movimento de julgamento sem complemento	61
TOTAL	196

*Dados coletados em 28/02/2025

3.1.3 DESTAQUE DO ACERVO

TIPO	TOTAL	(+50 DIAS)	(+100 DIAS)
Julgados não transitados	514	502	496
Transitados não baixados	157	157	157
Não Julgados	710	533	469
TOTAL	1381	1192	1122

*Dados coletados em 28/02/2025

3.1.4 PROCESSOS CONCLUSOS

	TOTAL	(+50 DIAS)	(+100 DIAS)
Conhecimento não criminal	319	0	0
Execução criminal	41	0	0
Execução não criminal	221	0	0
Conhecimento criminal	10	0	0
TOTAL	591	0	0

*Dados coletados em 28/02/2025

3.1.5 PROCESSOS AGUARDANDO MOVIMENTAÇÃO NA SECRETARIA JUDICIAL

COMPETÊNCIA	TOTAL	(+50 DIAS)	(+100 DIAS)	% (+100 DIAS)
Cível	653	16	0	0.0
Criminal	162	14	0	0.0
Juizado Cível	139	4	0	0.0
TOTAL	954	34	0	

*Dados coletados em 28/02/2025

3.1.6 PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juízes Corregedores

	TOTAL	(+50 DIAS)	(+100 DIAS)
CONHECIMENTO	739	576	509
Conhecimento - não julgados	376	225	170
EXECUÇÃO	906	875	855
Execução - não julgados	264	245	236
TOTAL	1645	1451	1364

*Dados coletados em 28/02/2025

3.1.7 ACERVO QUE NÃO ADMITE JULGAMENTO

	TOTAL
Procedimentos Administrativos	0
Procedimentos Investigatórios	54
Cartas Precatórias	33
Execução Criminal	137
TOTAL	224

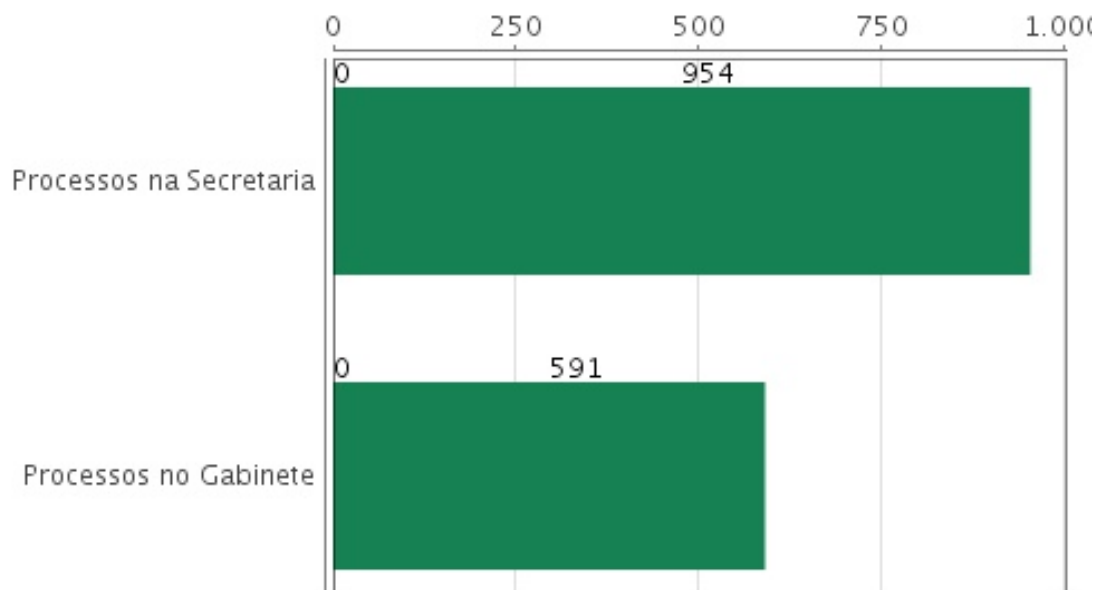
*Dados coletados em 28/02/2025

3.1.8 ACERVO SUSPENSO

TIPO	TOTAL	(+50 DIAS)	(+100 DIAS)
Criminal	122	104	101
Não Criminal	183	154	137
TOTAL	305	258	238

*Dados coletados em 28/02/2025

3.1.9 DIVISÃO DO ACERVO NA UNIDADE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juízes Corregedores

■ Menos de 100 dias ■ Mais de 100 dias

3.2 ACERVO QUALITATIVO

3.2.1 ACERVO TOTAL POR COMPETÊNCIA - TOP 10

COMPETÊNCIA	TOTAL
Cível e Comércio	785
Fazenda Estadual e Fazenda Municipal	308
Juizado Especial Cível	141
Execução Criminal	141
Crimes de competência do Juiz Singular	132
Juizado Especial da Fazenda Pública	74
Fazenda Pública - Execuções Fiscais	72
Crimes praticados contra criança e/ou adolescente	37
Registros Públicos	36
Crimes de Competência do Tribunal do Júri	30
TOTAL	1756

*Dados coletados em 28/02/2025

3.2.2 PROCESSOS AGUARDANDO MOVIMENTAÇÃO NA SECRETARIA POR CLASSE - TOP 10

CLASSE	TOTAL	(+50 DIAS)	(+100 DIAS)	% (+100 DIAS)
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	205	1	0	0.0
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	187	4	0	0.0
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	150	5	0	0.0
EXECUÇÃO DA PENA	66	13	0	0.0
PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	48	0	0	0.0
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	38	1	0	0.0
EXECUÇÃO FISCAL	28	3	0	0.0
INQUÉRITO POLICIAL	23	0	0	0.0
BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	23	1	0	0.0
AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	16	0	0	0.0
TOTAL	784	28	0	

*Dados coletados em 28/02/2025

3.2.3 MAIORES LITIGANTES POR POLO (ATIVO/PASSIVO)

POLO ATIVO	TOTAL	POLO PASSIVO	TOTAL
BANCO DO BRASIL SA	360	MUNICIPIO DE SANTA LUZIA	203
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	185	BANCO BRADESCO S.A.	166
Governo do Estado do Maranhão	139	BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.	158
		BANCO PAN S/A	151
		ESTADO DO MARANHÃO	113



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juízes Corregedores

1º Distrito de Polícia Civil de Santa Luzia do Tide	67
ESTADO DO MARANHÃO	45
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	38
BANCO DO NORDESTE	38
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA	37
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A	29
BANCO BRADESCO S.A.	27
TOTAL	965

*Dados coletados em 28/02/2025

MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	86
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	75
MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARE	60
BANCO DO BRASIL SA	34
CONFEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES	23
TOTAL	1069

*Dados coletados em 28/02/2025

3.2.4 ACERVO MAIS ANTIGO EM TRAMITAÇÃO - TOP 10

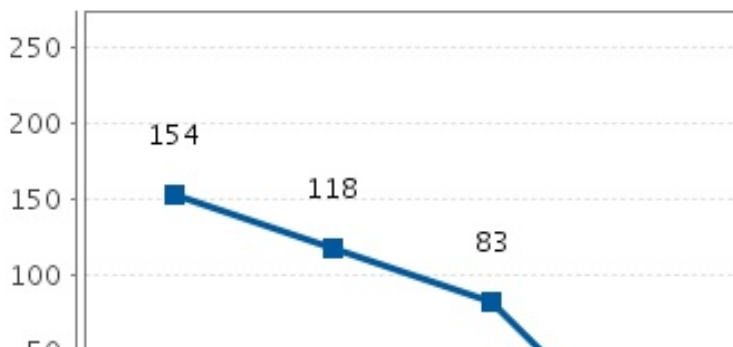
PROCESSO	DATA DA ABERTURA
0000001-29.1998.8.10.0057	31/03/1998
0000039-60.2006.8.10.0057	04/09/2006
0000047-03.2007.8.10.0057	23/01/2007
0000035-86.2007.8.10.0057	31/05/2007
0000015-27.2009.8.10.0057	23/04/2009
0000475-14.2009.8.10.0057	13/05/2009
0000461-30.2009.8.10.0057	13/05/2009
0000771-36.2009.8.10.0057	10/06/2009
0001019-02.2009.8.10.0057	24/07/2009
0001048-52.2009.8.10.0057	05/08/2009

*Dados coletados em 28/02/2025

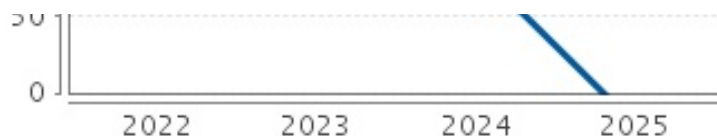
4 EFICIÊNCIA DA UNIDADE

4.1 TEMPO MÉDIO DA INICIAL ATÉ A SENTENÇA (ÚLTIMOS 4 ANOS) - (JUSTIÇA EM NÚMEROS)

Tempo Médio de Julgamento

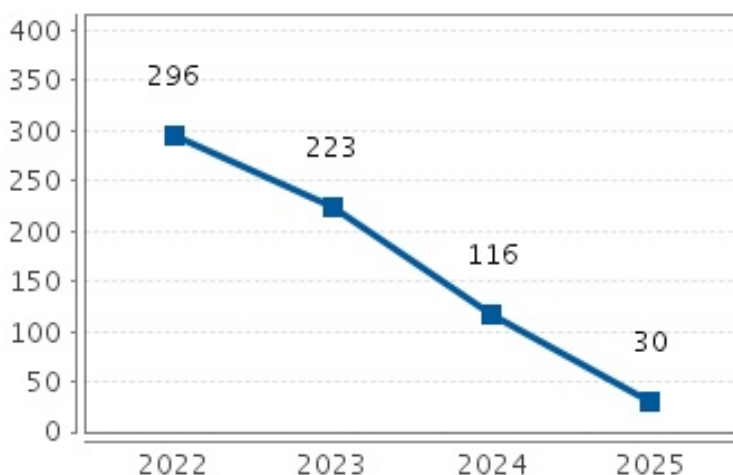


PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juízes Corregedores



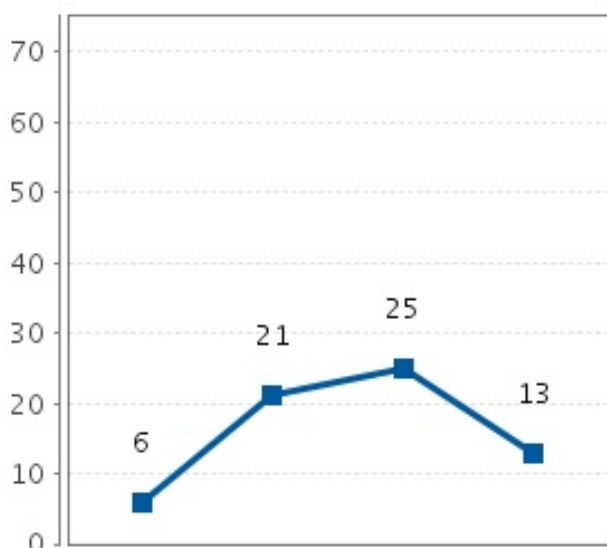
4.2 TEMPO MÉDIO DA INICIAL ATÉ A BAIXA (ÚLTIMOS 4 ANOS) - (JUSTIÇA EM NÚMEROS)

Tempo Médio de Baixa

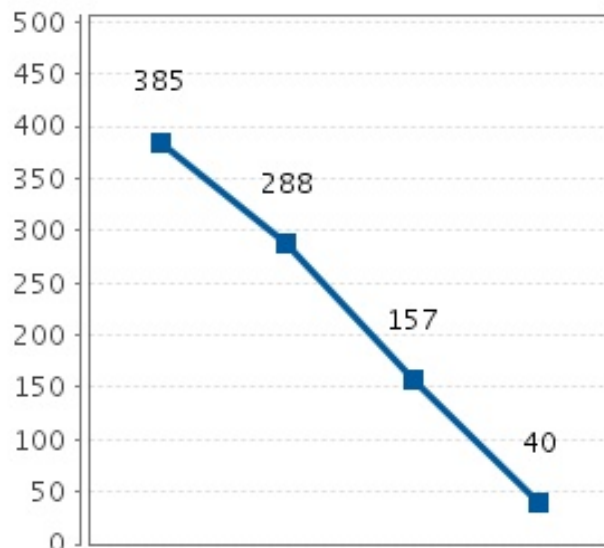


4.3 TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE (CONCLUSÃO) E SECRETARIA JUDICIAL (AGUARDANDO MOVIMENTAÇÃO)

Tempo Médio de Conclusão



Tempo Médio Aguardando Movimentação



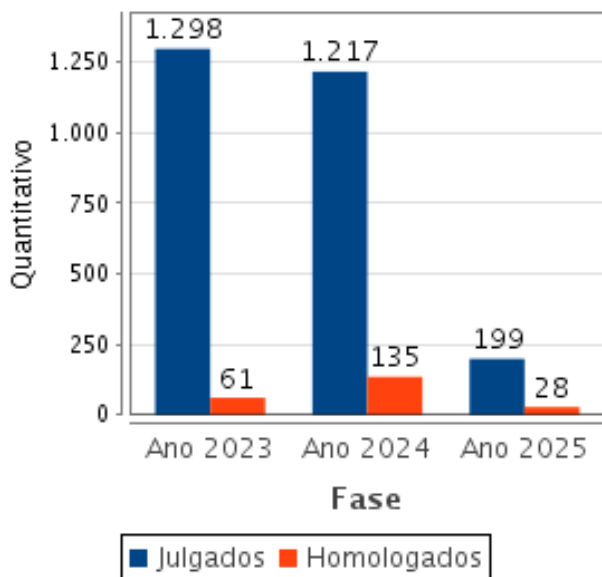
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juizes Corregedores

2022 2023 2024 2025

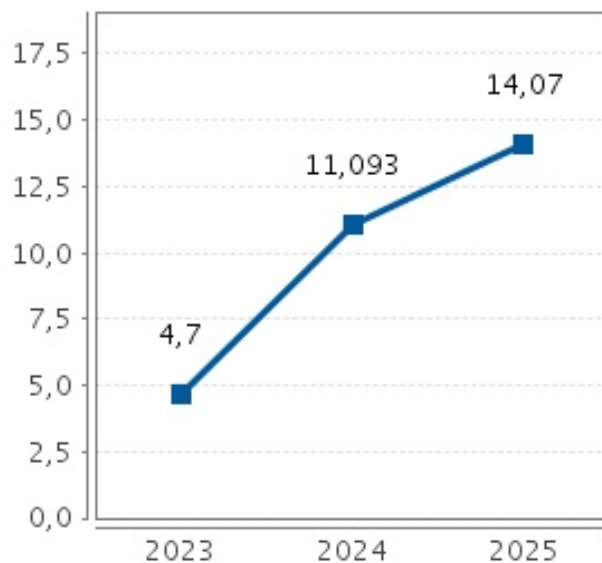
2022 2023 2024 2025

4.4 ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO NA UNIDADE

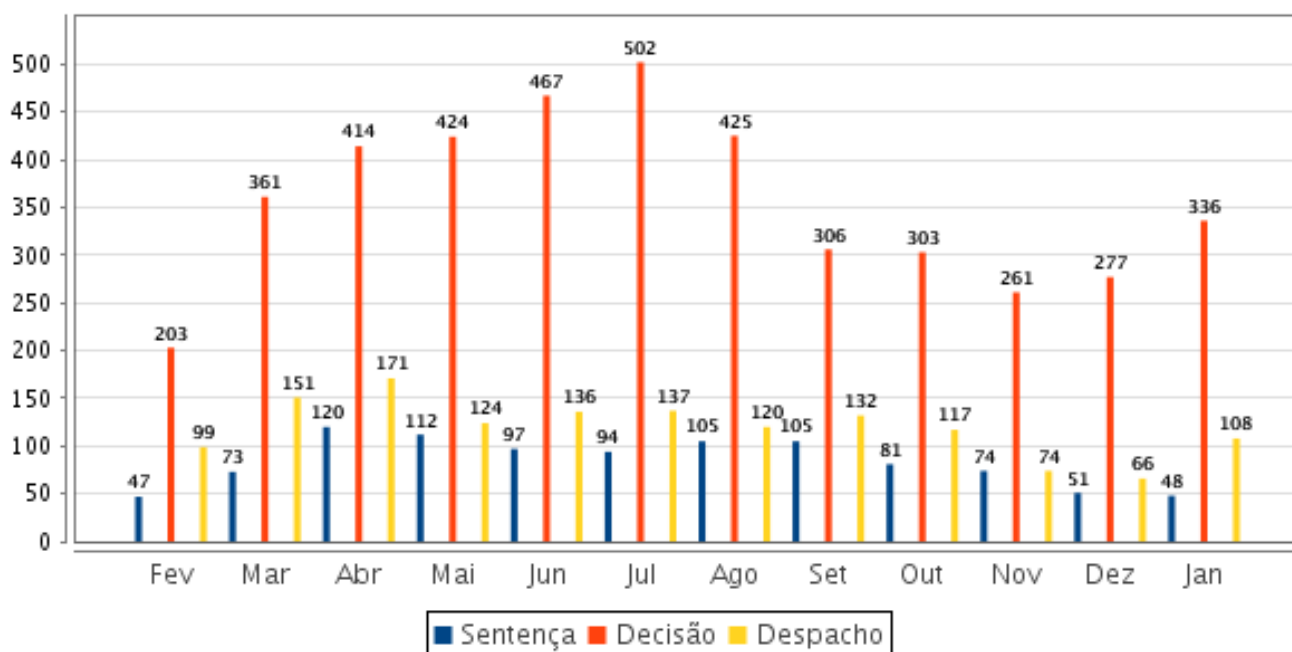
Julgados x Homologados



Índice de Conciliação



4.5 DESEMPENHO - PRODUTIVIDADE NA UNIDADE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juizes Corregedores

4.6 HISTÓRICO DE AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, REALIZADAS, NÃO JUSTIFICADAS, CANCELADAS, NÃO REALIZADAS, REDESIGNADAS (NOS ÚLTIMOS VINTE E QUATRO MESES)

Período: Fevereiro/2023 a Janeiro/2024													
Audiências	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Total
Designadas	46	20	31	25	72	33	52	10	23	44	10	2	368
Realizadas	38	17	4	19	70	31	43	9	18	42	11	1	303
Não Justificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Canceladas	5	3	26	4	2	1	8	1	0	0	0	0	50
Não realizadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Redesignadas	3	0	1	2	0	1	1	0	5	0	0	0	13

Período: Fevereiro/2024 a Janeiro/2025													
Audiências	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Total
Designadas	54	41	110	54	36	31	37	39	43	17	8	13	483
Realizadas	47	44	101	40	30	30	40	33	39	25	7	6	442
Não Justificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Canceladas	1	3	4	5	0	1	1	2	1	0	1	0	19
Não realizadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Redesignadas	0	0	3	4	0	4	3	0	0	0	0	0	14

4.7 DESEMPENHO - PRODUTIVIDADE DA SECRETARIA JUDICIAL (ÚLTIMOS 12 MESES)

Tipo de Movimento	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Total
ATO ORDINATÓRIO (11383)	82	52	57	92	32	176	373	371	371	289	259	172	2326
CONCLUSÃO (51)	808	539	834	617	639	548	560	387	471	363	356	455	6577
DEFINITIVO (246)	118	118	144	199	120	144	178	119	161	135	122	77	1635
DOCUMENTO (581)	614	622	908	737	784	647	579	693	1029	800	770	742	8925
ENVIO AO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO (810004)	592	504	613	466	540	648	693	657	630	477	452	322	6594
EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTO (60)	548	445	674	467	557	531	498	462	403	416	329	378	5708
MANDADO (106)	121	153	212	178	136	184	211	199	235	144	60	62	1895
MERO EXPEDIENTE (11010)	114	123	151	111	103	122	97	115	86	65	57	96	1240
OUTRAS DECISÕES (12164)	46	63	128	178	173	168	124	101	80	81	70	207	1419
PETIÇÃO (85)	110	253	416	344	253	357	438	392	461	286	122	134	3566
REMESSA (123)	203	223	161	125	103	80	136	137	123	101	67	51	1510
Total	3356	3095	4298	3514	3440	3605	3887	3633	4050	3157	2664	2696	41395

4.8 TAXAS DE CONGESTIONAMENTO DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO

**Taxa de
Congestionamento de**

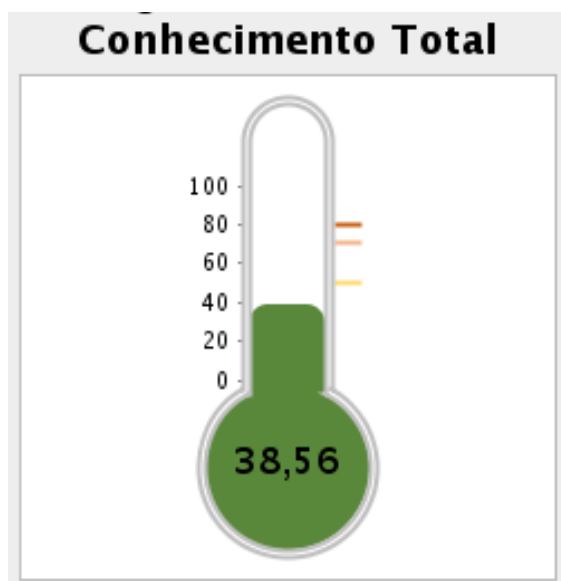
**Taxa de
Congestionamento de**



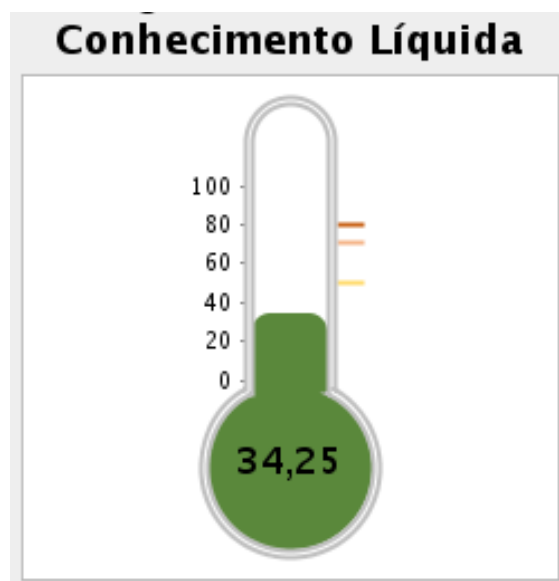
RELAT-GDJC - 542025 / Código: DA29241311
Valide o documento em www.tjma.jus.br/validadoc.php

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.
#ConsumoConsciente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juízes Corregedores

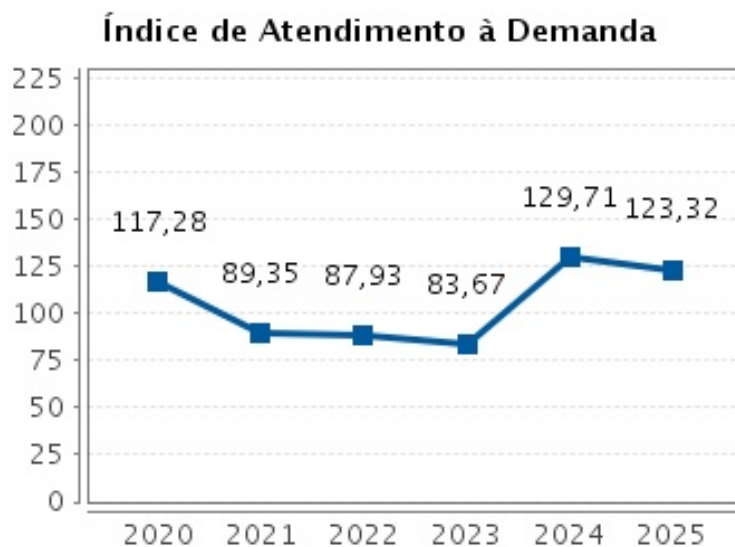


Nível 1 - Taxa de congestionamento menor ou igual a 50%.
Nível 2 - Taxa de congestionamento maior que 50% e menor ou igual a 70%.
Nível 3 - Taxa de congestionamento maior que 70% e menor ou igual a 80%.
Nível 4 - Taxa de congestionamento maior que 80%.



Nível 1 - Taxa de congestionamento menor ou igual a 50%.
Nível 2 - Taxa de congestionamento maior que 50% e menor ou igual a 70%.
Nível 3 - Taxa de congestionamento maior que 70% e menor ou igual a 80%.
Nível 4 - Taxa de congestionamento maior que 80%.

4.9 ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA



5. GERENCIAL DA UNIDADE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juizes Corregedores

5.1 METAS CNJ

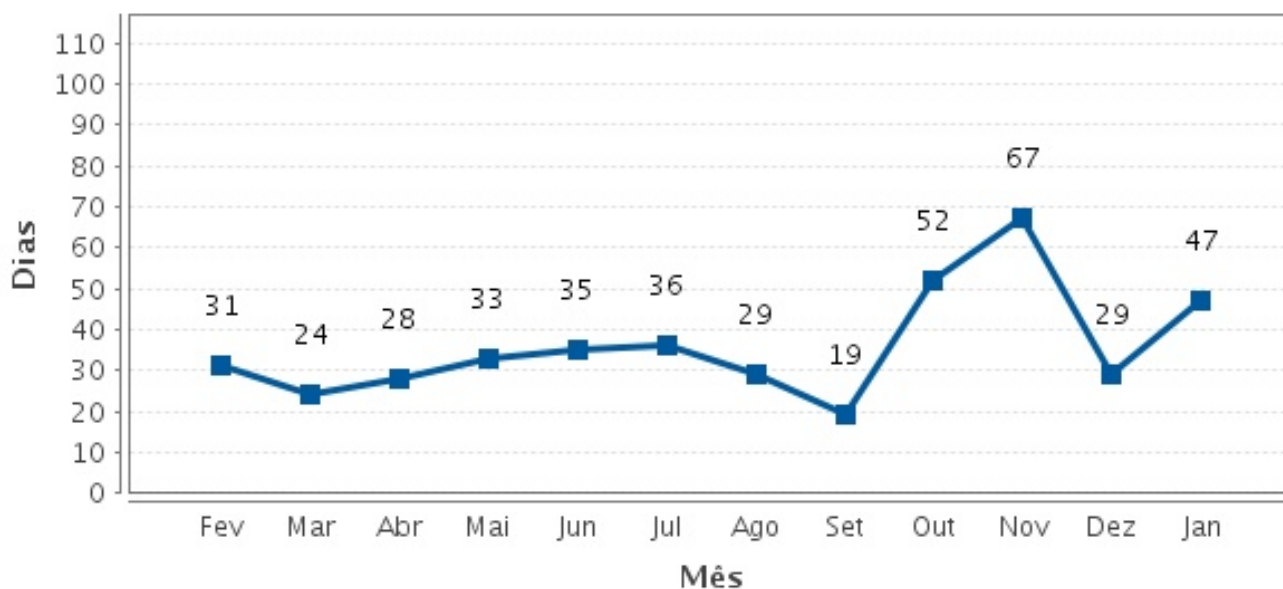
	Meta 1	Meta 2-A	Meta 2-B	Meta 3	Meta 4-A	Meta 4-B	Meta 5	Meta 6
PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO	48,87%	113,25%	33,33%	128,57%	153,85%	100,00%	100,00%	0,00%

5.2 DESEMPENHO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

Oficial de Justiça	Mandados Expedidos	Sem Devolução (+ de 30 dias)	Sem Devolução (+ de 100 dias)
OUTROS	2403	58	31
RAFAELA COELHO RODRIGUES LIMA	4	0	0
Total	2407	58	31

5.3 TEMPO MÉDIO DE CUMPRIMENTO DOS MANDADOS PELO OFICIAL DE JUSTIÇA

Tempo Médio de Cumprimento de Mandados



5.4 PROCESSOS EM CARGA

Destino	+ de 30 dias	+ de 100 dias
Advogado	2	2
Total	2	2



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juízes Corregedores

5.5 DESTAQUES

	TOTAL	+ de 100 dias
Processos de competência do Tribunal do Júri	35	17
Processos envolvendo atos de improbidade administrativa	25	7
Inquérito Policial sem recebimento da denúncia	34	1
Carta Precatória ou de Ordem distribuídas e não cumpridas	33	0
Petições iniciais distribuídas sem o primeiro despacho	57	0
Processos envolvendo crime contra a Administração Pública	11	3
TOTAL	195	28

5.7 SISTEMAS UTILIZADOS NA UNIDADE - SITUAÇÃO

SISTEMA	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÃO
DIGIDOC	Utilizado	
RENAJUD	Utilizado	
INFOJUD	Utilizado	
INFOSEG	Utilizado	
SISBAJUD	Utilizado	
SIEL	Utilizado	
SEEU	Utilizado	
SNA	Não Utilizado	
BNMP	Utilizado	
MALOTE DIGITAL	Utilizado	
PJECOR	Utilizado	
PJe	Utilizado	
THEMIS	Utilizado	
TERMOJURIS	Utilizado	

6. RELATÓRIOS OBRIGATÓRIOS

6.1 RELATÓRIOS PARA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

	Modo de envio	Observação
Relatório Trimestral de Prisões Provisórias (Resol-CNJ nº 66 de 27/1/2009)	Internet	
Relatório anual de Correição (Ordinária ou Extraordinária) realizada pela Unidade	Internet	
Relatório anual de Inspeção Extrajudicial realizada pela Unidade	Internet	PORTARIA-TJ - 29332024; Realizada em 13 e 14 de Agosto de 2024. A referente ao ano de 2025 será realizada em agosto do corrente ano.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juízes Corregedores

6.2 RELATÓRIOS OBRIGATÓRIOS AO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Modo de envio	Observação
Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes em conflito com a Lei - CNACL (Resol-CNJ nº 77/09 e alterações)	Não enviado	A unidade não possui competência para o processamento das referidas ações.
Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais - CNIEP (Resol-CNJ nº 47, de 18 de dezembro de 2007, alterada pela Resol-CNJ nº 326, de 26 de junho de 2020)	Não enviado	Não temos presídio na Cidade.
Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA (Resolução-CNJ nº 289 de 14 de agosto de 2019)	Não enviado	A unidade não possui competência para o processamento das referidas ações.
Sistema Nacional de Bens Apreendidos - SNBA (Resol-CNJ nº 63, de 16 de dezembro de 2008)	Internet	
Cadastro Nacional de Condenados Por Ato de Improbidade Administrativa (Resol-CNJ nº 310, de 20 de março de 2020)	Internet	
Sistema de Audiência de Custódia - SISTAC (Resol-CNJ nº 213, de 15 de dezembro de 2015)	Internet	
Sistema Nacional de Interceptações Telefônicas - SNCI (Resol-CNJ nº 59, de 9 de setembro de 2008 e alterações)	Internet	

7 DETALHAMENTO DOS PROCESSOS DIAGNOSTICADOS

Diagnóstico	Quantidade
Ausência de prática de atos ordinatórios	23
Autos pendentes de conclusão ao magistrado	11
Autuação irregular (numeração única, classe e/ou assunto processual)	13
Determinação do magistrado sem cumprimento pela secretaria	10
Morosidade no cumprimento de mandado pelo Oficial de Justiça	4
Processo com diversas paralisações injustificadas	2
Questão processual pendente de apreciação pelo magistrado	20
Processos eletrônicos analisados	80
TOTAL GERAL	80



8 CONSTATAÇÕES DA EQUIPE CORRECIONAL

1 - Autuação irregular (numeração única, classe e/ou assunto processual)

0000035-86.2007.8.10.0057,	0000231-41.2016.8.10.0057,	0000353-83.2018.8.10.0057,
0000461-30.2009.8.10.0057,	0000849-93.2010.8.10.0057,	0000950-86.2017.8.10.0057,
0800309-84.2025.8.10.0057,	0801142-73.2023.8.10.0057,	0802185-11.2024.8.10.0057,
0802244-96.2024.8.10.0057,	0802362-33.2022.8.10.0028,	0802453-65.2024.8.10.0057,
0802546-28.2024.8.10.0057		

2 - Determinação do magistrado sem cumprimento pela secretaria

0000069-07.2020.8.10.0057,	0000950-86.2017.8.10.0057,	0800093-02.2020.8.10.0057,
0800792-17.2025.8.10.0057,	0801238-93.2020.8.10.0057,	0801601-41.2024.8.10.0057,
0802023-16.2024.8.10.0057,	0802052-03.2023.8.10.0057,	0802231-34.2023.8.10.0057,
0802491-48.2022.8.10.0057		

3 - Autos pendentes de conclusão ao magistrado

0000001-29.1998.8.10.0057,	0001220-57.2010.8.10.0057,	0001446-96.2009.8.10.0057,
0001718-51.2013.8.10.0057,	0800209-76.2018.8.10.0057,	0800368-82.2019.8.10.0057,
0800884-05.2019.8.10.0057,	0801529-54.2024.8.10.0057,	0801630-62.2022.8.10.0057,
0802008-18.2022.8.10.0057,	0802016-97.2019.8.10.0057	

4 - Ausência de prática de atos ordinatórios

0000015-27.2009.8.10.0057,	0000035-86.2007.8.10.0057,	0000353-83.2018.8.10.0057,
0000461-30.2009.8.10.0057,	0000485-82.2014.8.10.0057,	0000595-23.2010.8.10.0057,
0000849-93.2010.8.10.0057,	0001019-02.2009.8.10.0057,	0001048-52.2009.8.10.0057,
0001182-45.2010.8.10.0057,	0001287-56.2009.8.10.0057,	0001377-64.2009.8.10.0057,
0800592-44.2024.8.10.0057,	0800998-39.2022.8.10.0056,	0801142-73.2023.8.10.0057,
0801475-59.2022.8.10.0057,	0801601-41.2024.8.10.0057,	0801630-62.2022.8.10.0057,
0802033-94.2023.8.10.0057,	0802085-61.2021.8.10.0057,	0802185-11.2024.8.10.0057,
0802325-16.2022.8.10.0057,	0802546-28.2024.8.10.0057	

5 - Questão processual pendente de apreciação pelo magistrado

0000001-29.1998.8.10.0057,	0000039-60.2006.8.10.0057,	0000047-03.2007.8.10.0057,
0000353-83.2018.8.10.0057,	0000475-14.2009.8.10.0057,	0000874-09.2010.8.10.0057,
0000942-56.2010.8.10.0057,	0001171-16.2010.8.10.0057,	0001220-57.2010.8.10.0057,
0001446-96.2009.8.10.0057,	0001718-51.2013.8.10.0057,	0800141-82.2025.8.10.0057,
0800209-32.2025.8.10.0057,	0800209-76.2018.8.10.0057,	0800451-88.2025.8.10.0057,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juízes Corregedores

0800715-08.2025.8.10.0057, 0800884-05.2019.8.10.0057, 0802008-18.2022.8.10.0057,
0802016-97.2019.8.10.0057, 0803039-05.2024.8.10.0057

6 - Morosidade no cumprimento de mandado pelo Oficial de Justiça

0000941-71.2010.8.10.0057, 0800592-44.2024.8.10.0057, 0801142-73.2023.8.10.0057,
0801529-54.2024.8.10.0057

7 - Processo com diversas paralisações injustificadas

0000781-36.2016.8.10.0057, 0001182-45.2010.8.10.0057

9 CONSIDERAÇÕES DA UNIDADE CORRECIONADA (PREENCHIMENTO PELA UNIDADE NO SISTEMA AUDITUS)

Sem preenchimento pela unidade.

10 RECOMENDAÇÕES

10.1 À SECRETARIA JUDICIAL E AOS SERVIDORES

ORIENTAÇÃO
Sanar as inconsistências detectadas pela equipe correccional, conferindo o tratamento adequado aos processos correccionados, notadamente aos paralisados na Secretaria, em tempo razoável, dando efetividade ao disposto no art. 5º LXXVII da CF/88, que trata do princípio da razoável duração do processo. Destacam-se os seguintes processos com diversas paralisações injustificadas: 0000781-36.2016.8.10.0057, 0001182-45.2010.8.10.0057;
Certificar os atos quanto à expedição de documentos, decurso de prazo, tempestividade de petições, trânsito em julgado, dentre outras, evitando a paralisação por falta de impulso oficial;
Adotar, com mais frequência, o uso de ato ordinatório, na forma recomendada no art. 99 do Código de Normas da CGJMA c/c Provimento nº 22/2018-CGJMA, evitando que atos sem cunho decisório fiquem a cargo do magistrado. Da amostragem, sem ato ordinatório, foram encontrados: 0000015-27.2009.8.10.0057, 0000035-86.2007.8.10.0057, 0000353-83.2018.8.10.0057, 0000461-30.2009.8.10.0057, 0000485-82.2014.8.10.0057, 0000595-23.2010.8.10.0057, 0000849-93.2010.8.10.0057, 0001019-02.2009.8.10.0057, 0001048-52.2009.8.10.0057, 0001182-45.2010.8.10.0057, 0001287-56.2009.8.10.0057, 0001377-64.2009.8.10.0057, 0800592-44.2024.8.10.0057, 0800998-39.2022.8.10.0056, 0801142-73.2023.8.10.0057, 0801475-59.2022.8.10.0057, 0801601-41.2024.8.10.0057, 0801630-62.2022.8.10.0057, 0802033-94.2023.8.10.0057, 0802085-61.2021.8.10.0057, 0802185-11.2024.8.10.0057, 0802325-16.2022.8.10.0057, 0802546-28.2024.8.10.0057;
Observar se a classe processual atribuída aos processos atende a forma estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça, na Resolução nº 46, de 18 de dezembro de 2007 e suas alterações, retificando-as quando houver necessidade, inclusive quanto ao assunto e demais dados definidos. Foram detectadas 196 inconsistências do acervo , dentre as quais se destacam 123 processos sem assunto, 12 processos sem nome da parte e/ou documento e 61 movimentos de julgamento sem complemento. Destacam-se: 0000035-86.2007.8.10.0057, 0000231-41.2016.8.10.0057, 0000353-83.2018.8.10.0057, 0000461-30.2009.8.10.0057, 0000849-93.2010.8.10.0057, 0000950-86.2017.8.10.0057, 0800309-84.2025.8.10.0057, 0801142-73.2023.8.10.0057, 0802185-11.2024.8.10.0057, 0802244-96.2024.8.10.0057, 0802362-



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juízes Corregedores

33.2022.8.10.0028, 0802453-65.2024.8.10.0057 e 0802546-28.2024.8.10.0057;
Evitar paralisações injustificadas em processos aptos ao arquivamento, eis que a manutenção de processos com status "ativo", quando deveria constar como "arquivados/baixados", impacta negativamente os indicadores da unidade, especialmente o acervo e a taxa de congestionamento de baixa.
Atentar para a incumbência de cumprir e fazer cumprir ordens e decisões judiciais, conforme dispõe o Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, evitando paralisações injustificadas, devendo observar, nos limites da razoabilidade, os prazos para a execução dos atos judiciais, a teor do disposto no art. 228 do CPC, em se tratando de processos cíveis, ou consoante art. 799 do CPP, em se tratando de processos criminais, cabendo remeter aos seguintes processos: 0000069-07.2020.8.10.0057, 0000950-86.2017.8.10.0057, 0800093-02.2020.8.10.0057, 0800792- 17.2025.8.10.0057, 0801238-93.2020.8.10.0057, 0801601-41.2024.8.10.0057, 0802023-16.2024.8.10.0057, 0802052-03.2023.8.10.0057, 0802231-34.2023.8.10.0057, 0802491-48.2022.8.10.0057;
Controlar rigorosamente a tarefa do PJE "processos com prazo em curso", devendo ali constar apenas feitos que efetivamente estejam nessa condição, evitando paralisações indesejáveis;
Acessar diariamente o Malote Digital da unidade, considerando tratar-se de canal de comunicação oficial utilizado para envio/recebimento de correspondências judiciais e cartas precatórias, nos termos da Resolução CNJ nº 100, de 24 de novembro de 2009, evitando que documentos enviados ao endereço da unidade jurisdicional permaneçam como "não lidos";
Recomenda-se aos Oficiais de Justiça o cumprimento imediato e a devolução dos mandados cujos prazos legal ou judicial já se encontrem vencidos, nos termos do art. 229 do Código de Normas da CGJ/MA., incumbindo à Secretaria Judicial proceder à cobrança dos mandados não devolvidos, mediante ato ordinatório, com notificação pessoal do(a) Oficial(a) de Justiça responsável ou por intermédio da Central de Mandados, se houver, conforme previsto no art. 99, inciso LIII, do referido Código de Normas. Ressalte-se que há, atualmente, 31 mandados não devolvidos com prazo superior a 100 dias ;
Fiscalizar permanente as cartas precatórias expedidas, com expedição de ofício, inclusive por ato ordinatório, sempre que ultrapassado o prazo de cumprimento ou a cada 3 (três) meses, nos termos do art. 99, inciso XIX, do Código de Normas da CGJ/MA. Além disso, deve manter o controle efetivo das cartas precatórias recebidas, atentando-se para o cumprimento das diligências no prazo devido, em respeito ao dever de cooperação entre os órgãos jurisdicionais, conforme disposto no art. 237, inciso III, c/c artigos 67 e 68 do Código de Processo Civil, considerando-se a existência de 33 cartas pendentes de cumprimento ;
Proceder à conclusão das petições iniciais distribuídas sem o primeiro despacho (57);
Priorizar a tramitação dos processos envolvendo atos de improbidade administrativa (25), em especial àqueles paralisados há mais de 100 dias (7), como exige a Meta 4 do CNJ;
Priorizar a tramitação dos processos de competência do Tribunal do Júri (35), em especial àqueles paralisados há mais de 100 dias (17);
Priorizar a tramitação dos processos envolvendo crime contra a Administração Pública (11), especialmente àqueles paralisados há mais de 100 dias (3);
Priorizar a tramitação de Inquérito Policial sem recebimento da denúncia (34), em especial àqueles paralisados há mais de 100 dias (1).
Observar o prazo de 24h previsto no art. 96 parágrafo único do Código de Normas da CGJMA para a conclusão dos processos ao Gabinete, atentando que a manutenção de processos no setor, sem justo motivo, é irregular, destacando-se: 0000001-29.1998.8.10.0057, 0001220-57.2010.8.10.0057, 0001446-96.2009.8.10.0057, 0001718-51.2013.8.10.0057, 0800209-76.2018.8.10.0057, 0800368-82.2019.8.10.0057, 0800884-05.2019.8.10.0057, 0801529-54.2024.8.10.0057, 0801630-62.2022.8.10.0057, 0802008-18.2022.8.10.0057, 0802016-97.2019.8.10.0057.

10.2 AO/À MAGISTRADO/MAGISTRADA

ORIENTAÇÃO
Sanar as inconsistências detectadas pela equipe correccional, conferindo o tratamento adequado aos processos, sobretudo aos conclusos há mais de 100 dias, a fim de atender ao disposto no art. 5º LXXVII da CF/88, que trata



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juizes Corregedores

do princípio da razoável duração do processo;
Promover a análise das questões processuais pendentes de apreciação, incluindo as identificadas neste relatório: 0000001-29.1998.8.10.0057, 0000039-60.2006.8.10.0057, 0000047-03.2007.8.10.0057, 0000353-83.2018.8.10.0057, 0000475-14.2009.8.10.0057, 0000874-09.2010.8.10.0057, 0000942-56.2010.8.10.0057, 0001171-16.2010.8.10.0057, 0001220-57.2010.8.10.0057, 0001446-96.2009.8.10.0057, 0001718-51.2013.8.10.0057, 0800141-82.2025.8.10.0057, 0800209-32.2025.8.10.0057, 0800209-76.2018.8.10.0057, 0800451-88.2025.8.10.0057, 0800715-08.2025.8.10.0057, 0800884-05.2019.8.10.0057, 0802008-18.2022.8.10.0057, 0802016-97.2019.8.10.0057, 0803039-05.2024.8.10.0057;
Fiscalizar a Secretaria Judicial no que se trata ao acompanhamento do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões - BNMP 3.0, nos termos da Resolução-CNJ nº 417 de 20/09/2021;
Fiscalizar os serviços da Justiça alusivos à unidade judicial, principalmente as atividades dos servidores, conforme disposição do 38, XIV, do Código de Normas da CGJ/MA c/c inciso X do art. 41 do Código de Organização Judiciária do Estado do Maranhão e, também, em observância aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, da Agenda 2030 da ONU, especificamente o de nº 16, contribuindo com o desenvolvimento de instituições eficazes, notadamente promovendo a gestão das tarefas para prestar uma atividade jurisdicional célere e de qualidade, além de fiscalizar o cumprimento das recomendações já mencionadas;
Manter o controle permanente de fiscalização de cartas precatórias recebidas, priorizando o cumprimento e devolução das 33 cartas pendentes de cumprimento , em observância ao dever de cooperação entre os órgãos jurisdicionais, conforme disposto no art. 237, inciso III, c/c artigos 67 e 68 do Código de Processo Civil;
Analisar os processos, proferindo sentenças, despachos e decisões nos prazos legais, destacando que há 57 petições iniciais não apreciadas . Importa, ainda, acompanhar os 238 processos suspensos há mais de 100 dias ;
Priorizar o julgamento dos processos envolvendo atos de improbidade administrativa (25), em especial àqueles paralisados há mais de 100 dias (7), como exige a Meta 4 do CNJ;
Priorizar o julgamento dos processos de competência do Tribunal do Júri (35), em especial àqueles paralisados há mais de 100 dias (17);
Priorizar o julgamento dos processos envolvendo crime contra a Administração Pública (11), especialmente àqueles paralisados há mais de 100 dias (3);
Priorizar o julgamento de Inquérito Policial sem recebimento da denúncia (34), especialmente àqueles paralisados há mais de 100 dias (1) como exige a Meta 8 do CNJ;
Fiscalizar o cumprimento e devolução dos mandados pelos Oficiais de Justiça, nos termos do art. 38, inciso XIV, do Código de Normas da CGJ/MA e do art. 41, inciso X, do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Maranhão, tendo em vista a existência de 31 mandados não devolvidos com prazo superior a 100 dias .

11 PROPOSIÇÕES E DELIBERAÇÕES

OCORRÊNCIA	DIRETRIZ	PRAZO
Oficiais de Justiça: Considerando a existência de 31 mandados sem devolução há mais de 100 (cem) dias , conforme consta do item 5.2 deste relatório, é necessária a redução em 100%, no prazo de 2 (dois) meses .	Redução em 100%	2 MESES

12 ENCERRAMENTO

Considerações Finais
Orientou-se quanto ao uso correto dos sistemas de gestão e processual, bem como da necessidade de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juízes Corregedores

acompanhamento das metas nacionais.

Oficie-se ao magistrado titular da **1ª Vara da Comarca de Santa Luzia** para que, **no prazo de 60 (sessenta) dias**, a partir da ciência deste relatório, comprove a correção dos fatos diagnosticados e demonstre o acatamento das recomendações (itens 8 e 10), bem como atenda às proposições constantes do item 11, nos prazos ali definidos, sob pena das sanções previstas no §1º do art. 25 da Resolução GP nº 9/2016.

Deverá a Coordenação de Serventias Judiciais proceder o monitoramento do referido prazo, bem como certificar a movimentação dos processos correccionados, comunicando, ao fim do interregno, à Juíza Auxiliar designado, a quem caberá deliberar, submetendo, na sequência, ao Excelentíssimo Corregedor-Geral da Justiça.

Como aspecto positivo da unidade, destaque-se o cumprimento das **Meta 2-A (113,25%), Meta 3 (128,57%), Meta 4-A (153,85%), Meta 4-B (100%), Meta 5 (100%)**.

Nada mais havendo a deliberar, foi encerrado o presente Relatório, que lido e achado conforme, vai assinado pela Juíza Auxiliar, e submetido à aprovação do Corregedor-Geral da Justiça.

São Luís (MA), 24 de abril de 2025.

LAVÍNIA HELENA MACEDO COELHO
JUÍZA AUXILIAR DA CORREGEDORIA
GABINETE DOS JUÍZES CORREGEDORES
Matrícula 93831

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 25/04/2025 11:48 (LAVÍNIA HELENA MACEDO COELHO)

